

Não se pode exigir mais aperto, considera Velloso

11 de maio de 1983

Da sucursal do
RIO

O ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, disse ontem, no Rio, que não se pode exigir que o País "aperte mais o cinto", ao comentar a declaração do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, segundo a qual "a solução do problema da dívida não será rápida ou fácil e para muitos países implicará grandes sacrifícios."

"Acredito que esse não seja o caso brasileiro, pois estamos também sem crescimento, já que esta é a única forma de ajustar nossa economia e solucionar o problema de balanço de pagamentos. Creio que se pode ter uma recessão temporária, mas, obviamente, os problemas do mundo não se resolvem se todos quiserem fazer recessão ao mesmo tempo".

Segundo Reis Velloso, é preciso que os países, principalmente os que estão em melhor situação de balanço de pagamentos, cresçam razoavelmente "e que haja uma recuperação em particular das economias industriais para que as contas possam fechar". Os problemas da dívida externa do Brasil serão resolvidos, na sua opinião, se houver um grande esforço em reciclar a economia no sentido de aumentar as exportações e de substituir importações, além de incentivar o desenvolvimento de áreas voltadas para o mercado interno, como a agrícola.

Economia - Brasil

"Nós não temos fôlego para crescer muito, mas algum crescimento deve existir. É óbvio que, assim como há empenho em torno de todo esse problema da urbanização prematura, é preciso criar condições para um razoável desenvolvimento agrícola e de cidades médias, a fim de evitar que haja acumulação excessiva de mão-de-obra nas áreas de serviços e em biscates nas regiões metropolitanas" — acentuou o ex-ministro do Planejamento.

DESEMPREGO

Reis Velloso falou também sobre a manifestação de desempregados ocorrida anteontem em São Paulo. Disse que apesar de ter visto o episódio com preocupação, sabe que tanto o governo federal como o estadual estão atentos ao problema, no sentido de que a economia brasileira precisa de algum tipo de proteção contra o desemprego aberto, cujo índice, de acordo com dados do IBGE, é da ordem de 7% nas principais regiões metropolitanas do País.

Ele acha que é preciso fazer alguma coisa, mas não concorda com a adoção do seguro desemprego, existente em alguns países industrializados. A solução mais prática, no seu entender, está em se atacar um certo número de obras com recursos do Finsocial:

"Acho muito mais razoável se optar por esse enfoque do que pelo seguro-desemprego, pelo qual o indivíduo ficaria em casa recebendo um salário que, de certo modo, o deixaria estrangulado", disse.